

ANÁLISE DA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA ATRAVÉS DOS CONCEITOS DE ANTONIO GRAMSCI

Autora: Mayara Viviane Silva de Sousa
Curso de Pedagogia Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Grupo de Pesquisa e Estudo Estado, Sociedade e Educação
Co-Autoras: Rubiassa de Santana Simão
Tayná da Silva Sales
Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Grupo de Pesquisa e Estudo Estado, Sociedade e Educação

RESUMO: O artigo objetiva apresentar um estudo sobre uma análise da situação política atual brasileira, usando como auxílio os conceitos do autor Antonio Gramsci. Desta forma, buscamos executar uma pesquisa bibliográfica com embasamento, ainda, em autores que concordam com a visão política de Gramsci e que coincidem com suas ideologias, as quais se respaldam nos estudos de Karl Marx. A pesquisa iniciou seu percurso com leituras e estudos das obras de Gramsci, visando conceitos como de hegemonia, contra hegemonia, guerra de posição, bloco histórico, por exemplo, para que a partir destes possa ser feita uma análise política contemporânea, ressalta-se que todos estes conceitos estão relatados neste estudo. Para melhor aprofundamento no tema analisamos obras de autores como CARNOY (1990), ANDERSON (1986), BIANCHI (2007), LENIN (1983), GRUPPI (1978), porém tendo como principal foco, entre estes, as obras de Marx e Engels, pois estes dois últimos foram grandes influenciadores nas teorias de Gramsci. A partir da afirmação feita por Gramsci de que o Estado é um aparelho muito mais do que coercitivo da burguesia, desenvolvemos pensamento de que somente com a construção de uma consciência política pode-se refletir sobre a situação atual política brasileira. Por conseguinte, compreendemos que um resgate aos estudos feitos por Gramsci quanto ao Estado e a política são imprescindíveis para uma reflexão do governo atual, pois estas ideias ainda são atuais nos dias de hoje.

Palavras-chaves: Antonio Gramsci; Política; Brasil contemporâneo.

ABSTRACT: This article presents a study about the current political situation in Brazil using as theoretical foundation the concepts of Antonio Gramsci. In this work, we will also do some bibliographical research to find other authors whose political view and ideologies are similar to Gramsci's that are all based on Karl Marx studies. The research began with readings and studies on the works of Gramsci aiming to explore concepts such as hegemony, counter-hegemony, war of position, and historical block; so, from these concepts we will do a contemporary political analysis, and all these concepts will be reported in this study. To support the topic in this study we used works from authors such as CARNOY (1990), ANDERSON (1986), BIANCHI (2007), LENIN (1983), and GRUPPI (1978). It is important to highlight that Marx and Engels' works serve as basis in our study because they were major influences on Gramsci's theories. Based on Antonio Gramsci's statement that the state is a coercive tool of the bourgeois system, we believe that only with the construction of a political awareness we can reflect on the current political situation in Brazil. Therefore, we assert that resorting to Gramsci's studies on state and politics is crucial to a reflection on the current government because they may help to understand the political reality in Brazil these days.

Keywords: Antonio Gramsci; Politics; Brazil in current time.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de estudo e pesquisa surgiu a partir de palestras na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) sobre a política brasileira contemporânea promovida pela disciplina História da Educação Brasileira. Na discussão, que dividiu o Brasil na polêmica sobre o impedimento ou não da presidenta afastada Dilma Rousseff (PT) pela Câmara de Deputados federais em Brasília-DF, um grupo de estudantes do curso de Pedagogia se interessou pelo aprofundamento das ideias em Antonio Gramsci.

Esta pesquisa se insere no Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Sociedade e Educação (GEPSE) da UERN, na qual o orientador, na época professor da disciplina que promoveu os debates, é integrante.

A pesquisa consiste em utilizar os conceitos de Antonio Gramsci para a análise da política contemporânea brasileira. Dessa forma, não só experimentar sua viabilidade, quanto contribuir para o desenvolvimento da Ciência Política no Brasil. A pesquisa dividiu-se em duas etapas.

A primeira etapa consistiu no estudo dos conceitos de Gramsci através da leitura e discussão dos seus livros sobre a ciência política. O segundo momento é a análise da política brasileira através dos conceitos de Antonio Gramsci. A pesquisa está em andamento, concluindo sua primeira etapa. Vale salientar que, apesar de dividido em duas etapas, o estudo da obra de Gramsci não se encerra, constituindo um processo que continua mesmo no segundo momento da pesquisa.

O trabalho que apresentamos para a I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci refere-se ao que conseguimos alcançar nessa primeira etapa da pesquisa.

1. A ARENA DE LUTA PELA CONSCIÊNCIA – HEGEMONIA E CONTRA HEGEMONIA

1.1. Gramsci e sua relação com o pensamento de Marx e Engels

É muito comum a análise de que Karl Marx e Friedrich Engels dividem as sociedades em modos de produção, constituindo-se de uma infraestrutura ou estrutura que seria econômica, e uma superestrutura política e ideológica dentre outras. O modo de produção, portanto, seria formado por uma estrutura econômica e uma superestrutura política e ideológica correspondente. O Prefácio a Crítica da Economia Política é a obra mais citada que os estudiosos exemplificam sua análise nessa interpretação dos autores citados. Marx (1983) afirma: “[...] a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política [...]” (p.24). Mais exatamente:

“[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de

produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. *O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política* e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. *O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual geral. [...]*” grifos nossos.

Essa afirmação de Marx de que a estrutura seria a base de uma sociedade e a superestrutura se erguendo a partir dela, enseja interpretações mecanicistas de sua teoria. Ao esquecer o conceito de condicionamento, a superestrutura aparenta ser reflexo da estrutura econômica¹.

Nessa interpretação de que a estrutura econômica que determina a superestrutura de uma sociedade, Carnoy (1990, p.20) vai afirmar que Karl Marx vê o Estado como reflexo da estrutura econômica e, por isso, como instrumento somente de repressão. O Estado seria o órgão que monopoliza a utilização da violência legalizada, da força. Em vários manuais ou dicionários das ciências sociais é possível encontrar essa definição do Estado tão propagada por vários autores.

Antônio Gramsci se insere em outra perspectiva.

Em vários textos de Gramsci é possível observar sua concordância na interpretação de que a classe economicamente dominante torna-se a classe politicamente dominante através do controle e domínio do Estado.

“[...] A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 62).

A supremacia enquanto domínio significa justamente a predominância econômica de uma classe sobre a outra na sociedade.

O modo de produção é composto das forças produtivas e das relações de produção. As forças produtivas são todas as forças necessárias para uma produção em sociedade. Elas são compostas da força de trabalho e dos meios de produção (instrumentos de trabalho, terra, máquinas, etc) – Bottomore (1998).

As relações de produção consistem nas relações que os seres humanos contraem entre si e entre a natureza para produzir. Na sociedade capitalista, os seres humanos contraem relações entre si

¹ Nesse estudo não se deu prosseguimento a essa reflexão por não ser o objetivo central da pesquisa.

como patrão (proprietário dos meios de produção) e empregado (o que possui força de trabalho). Em relação à natureza, as relações de produção capitalista dividem-se entre proprietário e não-proprietário.

O proprietário, na sociedade capitalista, é quem domina a estrutura econômica do modo de produção. Tendo uma relação de predominância econômica, ergue um Estado em que acaba também predominando. Assim, torna-se a classe econômica e politicamente dominante.

“[...] a separação da sociedade civil em relação à sociedade política põe-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se etc.” (GRAMSCI, 1991, p. 876)

O Gramsci concorda com tudo isso.

O Estado na sociedade capitalista é um Estado de predomínio da burguesia. É um Estado burguês. Porém, ao está inserido na superestrutura, o Estado faz parte da luta política pelo seu predomínio ideológico. Ao contrário do que se possa pensar, essa reflexão tem respaldo em Marx e Engels.

“[...] Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de *revolução social*. [...] É necessário distinguir a alteração material das condições econômicas da produção que podem ser comprovadas objetivamente e as formas ideológicas (jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas). São através das formas ideológicas que os homens tomam consciência do conflito entre as relações de produção e as forças produtivas, levando-o as últimas conseqüências. [...]” grifos do autor, sublinhados nossos (MARX, 1983, p.25).

Como se percebe, é na superestrutura que os seres humanos tomam consciência das contradições da estrutura, voltando-se contra ela para resolver sua desarmonia com as forças produtivas. Portanto, tomam consciência e agem sobre a estrutura modificando-a. Não é uma relação de mão única, mecanicista ou determinista, mas uma relação dialética entre estrutura e superestrutura, ou seja, de mão dupla. Onde as duas entram em relações de mutua determinação. O pensamento de Marx e Engels é uma concepção teórica monista.

Engels (1986, p.18) reforça essa concepção de mutua determinação quando afirma:

[...] O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc, assenta-se sobre o desenvolvimento econômico, mas reagindo uns sobre os outros e sobre a própria base econômica. Isto não se passa devido a situação econômica ser a *causa, única causa ativa* e todo o resto exercer apenas uma ação passiva. Pelo contrário, trata-se de uma ação recíproca com base na necessidade econômica(...). Não se trata pois, como alguém quer imaginá-lo, em um caso e noutro por comodidade, de um efeito econômico automático. Pelo contrario. São os próprios homens que constróem a sua história, mas num dado meio, que a condicionam na base de relações reais anteriores, entre as quais figuram as condições econômicas(...). [a economia] nem por isso deixa de ser menos, em última análise, as condições determinantes e constituem, de um pólo a outro, o único fio condutor que vos permite compreender [...]” [todos os outros aspectos da vida social] grifos do original.

Portanto, a relação entre estrutura e superestrutura possui uma relação dialética de mútua determinação, ou seja, de influências recíprocas – de mão dupla.

As reflexões de Gramsci, portanto, baseiam-se e seguem a tradição do pensamento de Marx e Engels. Gramsci inova ao fornecer uma reflexão mais apurada sobre o problema do Estado.

1.2. A luta pela hegemonia

O Estado não é apenas órgão de repressão. Ele faz parte da arena da luta política pela hegemonia. De acordo com Gramsci, a burguesia fomenta sua hegemonia através do predomínio nas relações de produção.

“[...] O critério metodológico sobre o qual é preciso fundar a própria análise é o seguinte: que a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou submeter mesmo que com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (esta é uma das condições principais para a própria conquista em suas mãos) toma-se dominante, mas deve continuar sendo ‘dirigente’.[...]” (Gramsci, 1977: 2010-2011.)

Gramsci inovou o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels através do conceito de hegemonia, ao enfatizar mais a luta política na arena das consciências na superestrutura, ele aprofundou a teoria política de Marx e Engels. Hegemonia seria o predomínio ideológico dos valores e das normas da classe dominante sobre a classe subalterna. Dessa forma, o Estado usa da hegemonia como uma estratégia para influenciar a consciência ideológica da classe social que é subordinada através da ação dos intelectuais tradicionais. Pois, se a classe estiver submissa quanto aos interesses da classe economicamente dominante, não será necessário utilizar de repressão através da força para

conseguir que o seu domínio da base econômica funcione. Assim constrói sua direção intelectual, moral, ético na sociedade.

Portanto, antes de superar o predomínio da burguesia nas relações de produção, as classes subalternas precisam construir uma nova hegemonia ou uma contra-hegemonia. Esta contra-hegemonia seria, então, uma forma estratégica de lutar contra a hegemonia que é estabelecida pela classe dominante, é a única forma, para Gramsci, de superá-la. Para ele, a luta política ocorre pela consciência dos indivíduos, uma vez que, nesta seria trabalhada uma nova ideologia que favorecesse a classe trabalhadora, assim como suas normas e valores.

“[...] A base da estratégia de Gramsci, então, não era organizar trabalhadores e camponeses a fim de engajarem-se em ataque frontal ao Estado, mas estabelecer organizações da classe trabalhadora, como fundamentos de uma nova cultura – as normas e valores de uma nova sociedade proletária. Essa hegemonia proletária confrontaria a hegemonia burguesa em uma guerra de posições – de trincheiras movendo-se para diante e para trás em uma luta ideológica pela consciência da classe trabalhadora – até que a nova superestrutura tivesse cercado a antiga, incluindo o aparelho do Estado. [...]” (CARNOY, 1990, p. 29)

A luta entre hegemonia e contra-hegemonia se dá na arena de luta pelas consciências dos indivíduos do qual o Estado integra essa arena. Não é a ela alheia, a parte ou somente restrito a repressão. Como integrante da superestrutura, portanto da luta política e ideológica, o Estado faz parte da luta pelo seu predomínio através da luta pela consciência. Ele se insere na luta pela sua hegemonia.

“[...] porque, embora a hegemonia seja ético-política, deve ser também econômica, deve necessariamente estar baseada na função decisiva exercida pelo grupo dominante no núcleo decisivo da atividade econômica [...]” (GRAMSCI, 1978b, p. 33).

Para Carnoy (1990, p.27), mais importante do que até o controle das forças de produção, para Gramsci, é a luta pela hegemonia. Deve-se, segundo interpretação de Carnoy (1990) das ideias de Gramsci, realizar a luta contra-hegemonia da burguesia antes mesmo do predomínio econômico. Cercar o inimigo, antes do assalto ao poder político do Estado. Segundo Carnoy (1990), Gramsci afirma que a hegemonia só pode ser estabelecida com o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, ele chega a elevar a consciência humana, por esta ser fundamental para uma transformação social. “[...] O controle da consciência é uma área de luta política tão ou mais importante do que o controle das forças de produção [...]”. (CARNOY, 1990, p. 27). Carnoy (1990) enfatiza ainda que “[...] O Estado, conseqüentemente, como um instrumento da dominação burguesa deve ser envolvido na luta pela consciência, deve ser um participante íntimo desta luta [...]” (p.27-28).

É em uma crise hegemônica, crise da hegemonia da burguesia, a classe dominante sob o capitalismo, que ela tem o seu predomínio político e econômico questionado. Ao perder a influência ou melhor dizendo, o predomínio político e ideológico, ético, de valores e normas, etc na sociedade, ou seja, o predomínio político da burguesia, que inclui o poder político do Estado, é também questionado.

1.3. Guerra de posição e guerra de movimento

Na luta contra a hegemonia burguesa, as classes subalternas utilizam da guerra de posição e a guerra de movimento.

A guerra de movimento

“[...] se torna sempre mais guerra de posição e se pode dizer que um Estado vence uma guerra enquanto a prepara minuciosamente e tecnicamente no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas seja como organizações estatais, seja como complexo de associações na vida civil, constituem para a arte política como que “trincheiras” e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: esses tornam somente “parciais” os elementos do movimento que antes era “toda” a guerra, etc [...]” grifos do original (GRAMSCI, 1995, p. 1566-1567).

A guerra de posição, como se vê, é a luta por ocupar espaços na própria sociedade capitalista. Minando sua hegemonia, ganhando terreno na própria sociedade burguesa, as classes subalternas vão fomentando ideias, ética, valores e política diferentes da dominante. Forjando assim, a sua futura hegemonia. A luta do proletariado contra a hegemonia burguesa é uma guerra de trincheiras, onde cada posição, cada avanço no terreno inimigo, prepara a sua queda futura ou sua derrota.

Nessa luta um novo bloco histórico é formado.

Já a guerra de movimento é a própria tomada do poder político. O Gramsci não prescinde do assalto ao poder. Cercado o inimigo, vencido a luta pelas consciências na arena política-ideológica, ou seja, vencida a luta contra a hegemonia da burguesia, as classes subalternas estão pronto para a tomada do poder. A guerra de movimento é a ação direta das classes subalternas em sua investida contra o poder de Estado da classe dominante.

Nos debates promovidos na UERN sobre a crise política brasileira, percebemos que alguns docentes universitários retiram a parte da teoria de Antonio Gramsci sobre o assalto ao poder. É como se na luta contra a hegemonia da burguesia fosse possível modificar a sociedade prescindindo do

assalto ao Estado. Com uma nova hegemonia, uma nova sociedade seria instalada como que por encanto através do novo bloco histórico.

Essa interpretação parte da reflexão de uma diferença entre o assalto ao poder nas sociedades orientais com a luta pelo poder de Estado nas sociedades ocidentais.

Nas sociedades orientais, como a Rússia, por exemplo, como a sociedade civil seria pouca desenvolvida, o Estado seria autoritário e, portanto, concentrador das atividades da sociedade. Nesse sentido, a política de assalto ao poder poderia ser estabelecida. Um assalto direto ao poder de Estado poderia ser vitorioso. Esse é um dos motivos também que o Estado é visto como órgão meramente repressor, como aparelho repressivo.

Esta concepção de revolução nas sociedades orientais teriam como maior expoente as ideias de Lênin.

Nas sociedades ocidentais, onde a sociedade civil seria mais desenvolvida, não basta apenas a tomada do poder político do Estado. É preciso uma longa e trajetória luta política e ideológica pela hegemonia da sociedade civil. Nesse sentido, o assalto direto ao poder de Estado seria antecedido de um cerco ideológico contra as ideias, valores, ética e política dominante. Somente após a vitória na arena da luta pelas consciências dos indivíduos que se deve realizar o assalto ao poder.

Entretanto, ao investigarmos minimamente as produções teóricas de Lênin, é possível observar alguns indícios que contradizem as reflexões acima, em relação a uma concepção blanquista de conquista do poder de Estado de Lênin contra uma concepção que defende uma luta política e ideológica na sociedade civil antes da conquista do poder de Estado por Gramsci.

Lênin (1986) afirma: a nossa tática “[...] consiste em rejeitar o *apelo* imediato ao assalto [ele se refere ao assalto ao poder político do Estado], para exigir que se organize ‘o assédio regular à fortaleza inimiga’, ou, por outras palavras, em exigir que todos os nossos esforços tenham como objetivo reunir, organizar e mobilizar um exército regular [...]” grifos do autor (p.201).

Essa reflexão não teve andamento no estudo porque não fazia parte dos nossos objetivos. Porém, apontamos como possibilidade futura de linha de pesquisa.

1.4. O papel dos intelectuais

Para Gramsci, são os intelectuais que organizam e produzem a hegemonia. Cada classe social produz os seus próprios intelectuais. Gramsci denomina de intelectuais tradicionais, os intelectuais orgânicos da classe dominante. São denominados de intelectuais tradicionais porque são responsáveis

em manter o status quo. Ou seja, a manter as coisas do jeito que estão. Como intelectuais tradicionais, mantêm a ideologia burguesa como dominante, formulam, criam e/ou reproduzem os valores, ética, etc capitalistas.

“[...] Todo grupo social ‘essencial’, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica, que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade. Mas o monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos (disso nasceu a acepção geral de ‘intelectual’, ou de ‘especialista’, da palavra ‘clérigo’, em muitas línguas de origem neolatina ou fortemente influenciadas, através do latim eclesiástico, pelas línguas neolatinas, com seu correlativo de ‘laico’ no sentido de profano, de não-especialista) não foi exercido sem luta e sem limitações; e, por isso, nasceram, sob várias formas [...], outras categorias, favorecidas e ampliadas pelo fortalecimento do poder central do monarca, até o absolutismo. Assim, foi-se formando [...] uma camada de administradores, etc., cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc.[...]” (GRAMSCI, 2010, p. 16-17).

Os intelectuais tradicionais são intelectuais orgânicos. Os intelectuais orgânicos são aqueles intelectuais oriundos de sua própria classe, ligadas diretamente a elas, pertencentes, são membros da própria classe. Os intelectuais orgânicos da classe dominante são intelectuais oriundos da burguesia ou que produzem, reproduzem ou criam as ideias da classe dominante.

“[...] Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. [...]. Pode-se observar que os intelectuais ‘orgânicos’ que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos,

‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz [...]” (GRAMSCI, 2010, p. 15-16).

O papel dos intelectuais orgânicos está na organização, produção e reprodução das ideias de sua classe social. São eles que realizam o combate pelas consciências dos indivíduos realizando as tarefas mínimas de organização social. Porém, enquanto os intelectuais orgânicos da classe dominante possuem todo um aparato e meios para a produção e reprodução de sua ideologia, podendo aparecer como ideias do senso comum, o proletariado só pode trabalhar com meios iniciais às vezes muito parcos.

Para Gramsci os intelectuais orgânicos do proletariado devem ser reunidos no partido revolucionário. Mas quando ganha a consciência de alguém na sociedade burguesa, não o exclui ou o retira dessa sociedade. Ao contrário, ela permanece na sociedade burguesa ou até em suas próprias instituições realizando a luta contra hegemônica.

Os intelectuais ocupam um lugar importante nos conceitos e teoria de Gramsci. Observamos que existem vários outros tipos de intelectuais além dos orgânicos e tradicionais, como o conceito de “transformismo”. Porém, o estudo não avançou nesta tipologia devido ao tempo. No transcorrer da segunda etapa da pesquisa, pensa-se em aprofundar esse conceito para não se perder uma possibilidade de análise da política contemporânea do Brasil. Nesse sentido é que o estudo das obras do autor não se encerram na primeira etapa da pesquisa.

CONCLUSÃO

O estudo foi importante para restabelecer os conceitos de Gramsci em suas próprias obras. Um ponto de partida fundamental para o entendimento de suas elaborações teóricas.

Os conceitos de hegemonia, contra-hegemonia, bloco histórico, guerra de posição e guerra de movimento e outros trabalhados aqui no artigo são pontos de partidas imprescindíveis para a análise política contemporânea e, portanto, conceitos sem os quais não estabelecendo exatamente suas formulações, não poderiam nos ajudar a experimentar na próxima etapa da pesquisa sua concretude na reflexão da realidade política brasileira.

A pesquisa continua em sua segunda etapa no segundo semestre com a análise da política brasileira a luz das teorias de Antonio Gramsci. No entanto, isso não significa que se encerra o estudo de suas obras, podendo ter continuidade na etapa seguinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. **As antinomias de Gramsci**. São Paulo: Jorues, 1986.
- _____. **Afinidades seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BIANCHI, Álvaro. Gramsci além de Maquiavel e Croce: estado e sociedade civil nos “Quaderni del carcere”. **Utopia e praxis latino americano**, janeiro-março, ano/vol 12, n.036 Universidad del Zulia, Maracaibo Venezuela, p.35-55, 2007.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CARNOY, Martin. **Educação, economia e estado: base e superestrutura - relações e mediações**. 4. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1990.
- _____. **Estado e teoria política**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 2v.
- _____. **Introdução à filosofia da práxis**. Lisboa: Antídoto, 1978.
- _____. **La Política y el estado moderno**. 2. ed. Barcelona: Península, 1973.
- _____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRUPPI, Luciano. **El concepto de Hegemonía en Gramsci**. México: Ediciones de Cultura Popular, 1978. Caps. I y V. Págs. 7-24 y 89-111 respectivamente.
- LÊNIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- _____. **Obras escolhidas**. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p. 84-214: Que fazer?
- MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. **Sobre literatura e arte**. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950